

A Convivência com o Semiárido como Imperativo para a Sustentabilidade e seus Desafios no Contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹

Living with the Semi-Arid as an Imperative for Sustainability and its Challenges in the Context of the Sustainable Development Goals (SDG)

La Convivencia con el Semiárido como imperativo para la sostenibilidad y sus desafíos en el contexto de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS)

Organização: Ives Romero Tavares do Nascimento^a,
Carolina Gomes Nascimento^b e Adelia Alencar Brasil^c

^aMestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Professor do Centro de Ciências Aplicadas da Universidade Federal do Cariri (CCSA/UFCA)
Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil
End. Eletrônico: ives.tavares@ufca.edu.br

^bDoutoranda em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB).
Brasília, Distrito Federal, Brasil
End. Eletrônico: carolina.gomesn@gmail.com

^cMestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (UFCA)
Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil
End. Eletrônico: adelia.brasil@yahoo.com.br

doi:10.18472/SustDeb.v7nEsp.2016.21523

DEBATE

Nos últimos anos, o debate sobre a convivência com o semiárido tem sido recorrente nos espaços acadêmicos, político-institucionais e sociais brasileiros. Ainda que a mudança do paradigma do combate à seca em direção de um novo modelo, o da convivência com a semiaridez, ainda esteja nos estágios preliminares no Brasil, algumas iniciativas inovadoras estão alimentando essa força transformadora. É o caso das edições do Seminário Internacional de Convivência com o Semiárido, promovido anualmente pelo Centro Xingó de Convivência com o Semiárido desde 2014.

Em sua segunda edição, realizada em outubro de 2015 na cidade de Piranhas, no Estado de Alagoas, o evento reuniu mais de 250 pessoas provenientes do setor público e privado, de universidades, da sociedade civil e das comunidades locais em torno das questões mais prementes à uma genuína convivência com as regiões semiáridas do Brasil e do mundo. O seminário propiciou novos espaços de debates e de trocas de experiências entre palestrantes, representantes das mesas e o público.

¹ Debate realizado no âmbito do 2o Seminário Internacional de Convivência com o Semiárido, realizado em outubro de 2015 no Centro Xingó de Convivência com o Semiárido - Piranhas/AL

Nesse cenário, foram avaliados processos mais adequados de inclusão produtiva e discutidas novas formas de interação com a sociedade local. Novos olhares, mais integrados, surgiram sobre os desafios e as oportunidades enfrentados pelas comunidades locais e seu ambiente. Foram debatidos, entre outros temas, o desafio da formação de recursos humanos qualificados; a construção de novos canais de diálogo internacional, inseridos em um contexto mundial de áreas suscetíveis às mudanças climáticas, o impacto da desertificação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como peça-chave das estratégias para melhorar a convivência entre as regiões semiáridas e as populações locais.

Nesse contexto, as oportunidades, mas também as incertezas geradas pela mudança de paradigma para a convivência com a seca foram analisadas pelo prof. Dr. Marcel Bursztyn, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), na palestra magna “A convivência com o Semiárido como imperativo para a sustentabilidade”, seguida de um rico espaço de debate entre os participantes.

Bursztyn enfatizou a importância de perceber as nuances da região do semiárido brasileiro, dando ênfase àquelas que dificultam a vida dos seus habitantes e que persistem até os dias atuais, como a ineficiente alocação dos sistemas de distribuição de água por parte do Estado. Esses traços institucionais, por sua vez, criam a figura da autonomia por contingência na ação estatal brasileira.

Após a palestra, foi aberto um espaço de debate sobre os “Desafios da Convivência com o Semiárido no Contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, mediado pelo então Diretor do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, Francisco Campelo. Como debatedores, participaram o Coordenador de Acesso à Água do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Vitor Leal Santana; Albani Vieira da Rocha, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA); Polliana Luna Barreto, docente e Diretora de Articulação Institucional e Relações com a Comunidade da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e David Pereira Jerez, Docente do Departamento de Engenharia Agroflorestal e Pesquisador Associado do Instituto de Tecnologias para o Desenvolvimento da Universidade Politécnica de Madrid (UPM).

Diante da valiosa troca de ideias entre os debatedores, algumas das perguntas apresentadas mereceram destaque: *Como a ideia de desenvolvimento se desenvolveu? Qual a relação entre natureza e sustentabilidade, e entre as ações humanas no semiárido? Existem vários semiáridos dentro do semiárido? Qual o papel dos ODSs, da academia, dos técnicos e extensionistas? Como pode ser adequado o pensamento de Celso Furtado ao cenário do semiárido brasileiro? Como o intercâmbio de tecnologias poderia melhorar a vida no Semiárido diante dos desafios climáticos e da escassez hídrica?*

O professor Bursztyn analisou a gênese e a evolução **da ideia de desenvolvimento**, lembrando que o ser humano possui necessidades de cunho fisiológico, moral e social. Para que todas essas necessidades sejam satisfeitas, é preciso utilizar três recursos de maneira organizada: a natureza, que confere matérias-primas; o trabalho, transformador do meio natural; e o capital, um insumo de natureza econômico-financeira resultante da transformação dos bens e serviços. A produção de riquezas aparece como uma consequência do processo laboral de transformação da natureza com vistas à satisfação das necessidades humanas, e delas decorrem novas demandas que requerem, cada vez mais, o uso da natureza para tal finalidade. A partir de então, a apropriação da economia com vistas à dominação da natureza passa a ser uma constante da vida social em um mundo cada vez mais globalizado. Desenvolvimento seria, por conseguinte, uma combinação dos fatores natureza, trabalho e capital mais eficaz para o atendimento das necessidades humanas.

Para Bursztyn, o advento do século XIX e da Revolução Industrial trouxe para o mundo uma mudança das necessidades humanas. Foi nesse momento que nasceu o termo desenvolvimento, mas não sob a forma atual. O pilar econômico foi alicerçado como a base das sociedades ocidentais, posta a crescente importância que a economia assumiu ao longo dos anos seguintes. Esperava-se que esperava-se que essa evolução humana colocaria as sociedades num patamar em que a marca da humanidade seria a relação entre menos trabalho e maior produção de riqueza. Porém, durante a centúria seguinte, os efeitos colaterais foram sentidos e esse paradigma, que considera apenas os aspectos mais quantitativos (como os assuntos econômico-financeiros, por exemplo), deu lugar a carências nas outras extensões da vida humana, como saúde, educação e segurança (aspectos qualitativos), criando insatisfações

e rebeliões sociais voltadas à rediscussão do significado do verdadeiro desenvolvimento. Essas insatisfações sociais, decorrentes da perda das condições básicas de vida das populações, chamaram a atenção das elites, que entenderam que era preciso incorporar a dimensão social na perspectiva desenvolvimentista. Assim, a noção de desenvolvimento associada à dimensão econômica da evolução das sociedades, notadamente no que concerne à esfera da mercantilização e dos “negócios” dos/nos territórios e regiões, acabou sendo rediscutida.

É quando surge a ideia da proteção social. No final do século XX esse entendimento passou a orbitar as condições ambientais, culturais e políticas em adição à esfera econômica, de modo que a gestão social passasse a figurar como uma das pautas-mor do debate desenvolvimentista. A crise do petróleo nos anos 1970 foi o estopim para a rediscussão do conceito de desenvolvimento, que no último quarto do século XX adquiriu o status de proteção da natureza, que precisava ser (bem) gerida.

A partir dessas reflexões sobre o desenvolvimento, a seguinte pergunta fez-se inevitável: **Como caracterizar a relação natureza e sustentabilidade e o impacto das ações humanas no Semiárido?** - No que concerne à relação entre natureza e sustentabilidade, conduziu-se à reflexão sobre a natureza como um fator/recurso escasso, que não está indefinidamente à disposição da vontade humana. As disfunções dos meios de produção atuais nos levam a questionar com quais valores de existência os seres humanos comungam atualmente. Para Bursztyn, não basta buscar apenas a eficiência do trabalho e do capital. É preciso buscar novos marcos valorativos lembrando, como já foi apontado pelo biólogo Jared Diamond, que as sociedades que abusaram da natureza entraram em colapso. Além disso, não é suficiente buscar a eficiência do trabalho e do capital numa resignificação da qualidade de vida humana. Será que a economia, por si só, se caracteriza como um dispositivo regulamentador de valor?, se perguntou Bursztyn, motivando respostas da plateia no sentido de que o novo paradigma de convivência com o semiárido deve ser o de convivência com a natureza, em um contrato sem domínio e sem conquista.

Faz-se necessário entender melhor a dinâmica das ações humanas na natureza do Semiárido. Esse foi o ponto nevrálgico do terceiro e quarto pontos do discurso pelo professor Bursztyn. Para ele, o atendimento das necessidades das pessoas, que vão além dos recursos financeiros, perpassa pela mudança epistemológica da economia, assumindo um tom mais subjetivo que outrora objetivo no modo de encarar a disposição dos bens e serviços no mundo social. Novos imperativos passaram ser considerados na gestão da escassez e degradação do meio natural (água, clima e solo, por exemplo) e para assegurar a sua resiliência (gestão da água, da atmosfera e da vida). Todavia, essa não é uma tarefa de fácil execução. Quando se encara o modo como o Semiárido brasileiro sempre foi tratado, diversos questionamentos são trazidos em tela. Por exemplo, como são discutidas as dualidades intrínsecas no discurso do combate/convivência com a seca? De que modo os seres humanos que ali habitam são enxergados? Como a economia e a agenda de políticas públicas trataram, nos últimos anos, os fluxos migratórios do eixo campo-cidade, o problema do assistencialismo e as mais recentes ações governamentais de transferência de renda? Esse é um diálogo pertinente quando se aborda a perspectiva da chegada e permanência das pessoas na região Semiárida do Brasil.

Bursztyn fez um apanhado histórico da exploração da região desde a vinda dos primeiros europeus, fazendo alusão ao modo de ocupação até os dias atuais. Estes pontos são retomados em perguntas feitas pela plateia retomando o desafio do desenvolvimento sustentável ligado aos questionamentos de Leonardo Boff de se é possível equilibrar a economia e a sustentabilidade com equidade e a questão ambiental?

E sobre a pergunta de se **existem varios semiáridos dentro do semiárido?** O debate também foi rico nesse aspecto. Os debatedores trouxeram à tona dois riscos sociais quando se fala em sustentabilidade e convivência com o Semiárido e suas particularidades regionais. O primeiro deles é atinente à fragilidade das instituições presentes, no Semiárido e em todos os territórios brasileiros. O questionamento recai sobre a real possibilidade de ação dessas organizações no que tange ao envolvimento dos atores sociais nos processos locais de desenvolvimento. O segundo trata do déficit de educação formal e de capacitação profissional dos habitantes do Semiárido, consequência da defasagem política e histórica regional de desmobilização social. Por outro lado, essas lacunas oferecem oportunidades de atuação

em prol do desenvolvimento do Semiárido, como as múltiplas possibilidades de redução da pobreza extrema, as facilidades de mobilidade social do país e a descoberta de novas vocações locais, que podem contribuir para a ressignificação do sertanejo e do próprio Semiárido brasileiro.

É preciso ter a consciência de que alguns desafios são prementes: o assistencialismo histórico e induzido precisa ser transformado em propostas de permanência do homem em seu ambiente, com vistas a criar uma situação de autossuficiência local. Essa é a chave para a convivência com o Semiárido. Outra ótica precisa ser delineada para o Semiárido brasileiro. E essa visão deve harmonizar todos os aspectos da vida humana, que não somente o econômico. “É preciso repensar as regras, estabelecer um novo contrato”. Este ponto também instigou a plateia que questionou sobre a relação entre os conceitos de desenvolvimento rural sustentável e convivência com o semiárido, a possibilidade de se preparar melhor para enfrentar a seca, de forma integrada.

Qual o papel dos ODSs, da academia, dos técnicos e extensionistas? Para a professora Polliana Barreto, que fez uma articulação das ações delimitadas pela Organização das Nações Unidas, notadamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, faz-se necessária uma maior presença do Ensino Superior no Semiárido brasileiro, considerando um contexto de interiorização da universidade pública no Brasil. A atuação universitária em ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura tem sido orientadas de modo a sensibilizar a mudança e a reflexão sobre os problemas do cotidiano do sertão brasileiro, explicou Barreto, e citou como exemplo a UFCA e a criação do Instituto de Estudos do Semiárido, no Campus Icó. As atividades das duas instituições acadêmicas cristalizariam na prática a tão necessária adequação da práxis das universidades às demandas locais.

Sobre o papel exercido pelos técnicos e extensionistas da região, os debatedores defenderam a necessidade de que eles possuam uma perspectiva de multisaberes, em outras palavras, de saberes contruídos e compartilhados em conjunto com os agricultores atendidos. Técnicos e extensionistas deveriam, na visão dos debatedores e da plateia, valorizar a formação e a educação das pessoas como ferramenta de empoderamento; assim como disponibilizar opções de práticas de convivência com o Semiárido para os agricultores em um processo de extensão e troca de saberes.

Qual a adequação do pensamento de Celso Furtado ao dialogar sobre o semiárido brasileiro? - Evocando Celso Furtado, o professor Bursztyn respondeu a essa pergunta afirmando que o Semiárido é uma zona com particularidades muito específicas onde não cabem intervenções padronizadas e homogêneas respeito do restante do Brasil.. Para além das questões ambientais, uma importante pergunta é feita: e o povo? O assistencialismo, figurado como episódio, tem dado lugar à assistência como processo ao longo dos últimos anos. Certas ações governamentais têm paralisado migrações pelo pagamento de bolsas e aposentadorias, gerando uma economia pária e um certo desestímulo à produção. A convivência com o semiárido precisa ser entendida como o centro da diferença entre a permanência programada e a autossuficiência local.

Outro ponto que abriu ricas trocas de opiniões foi a questão de como o **intercâmbio de tecnologias pode melhorar a vida no Semiárido diante dos desafios climáticos e da escassez hídrica**. Vitor Santana, do MDS, abordou o tema das tecnologias sociais de acesso e utilização dos recursos hídricos no Semiárido ao tempo que salientou a questão da convivência com o as condições climáticas regionais, especialmente respeito da estocagem de animais, de sementes e de água. O Programa Cisternas foi a abordagem mais premente na fala de Santana, que trouxe, ainda, dados estatísticos ministeriais acerca dos avanços e desafios da ação governamental brasileira. Em seguida, Albani Rocha fez um retrospecto da atuação da ASA no território brasileiro, destacando os eixos de trabalho, objetivos, resultados e desafios da instituição, de modo a apresentar o ideal de visão dos indivíduos pertencentes ao Semiárido do Brasil como sujeitos participantes dos processos de desenvolvimento sustentável e de todo o histórico de uma das políticas públicas mais efetivas do país, como por exemplo o programa “Um Milhão de Cisternas”, criado e executado com papel preponderante da sociedade.

David Pereira Jerez, por sua parte, trouxe a sua experiência internacional como docente do Departamento de Engenharia Agroflorestal e Pesquisador Associado do Instituto de Tecnologias para o Desenvolvimento da Universidade Politécnica de Madrid (UPM). Pereira Jerez lembrou que as mudanças climáticas colocaram a sociedade em um processo de mudança, especialmente na Espanha,

onde as alterações no clima provocaram profundos efeitos nos seus espaços agrários. Por isso, alertou que não se pode trabalhar só os problemas ambientais e climáticos dos países mais pobres, como o Brasil, com ênfase para ações setoriais nem sob dimensões humanas específicas, mas em todas elas conjuntamente.

O rico debate organizado no Centro Xingó permitiu concluir que o Semiárido brasileiro é um território resiliente, dotado de notáveis possibilidades de recuperação apesar de todas as carências sociais provocadas pela inoperância e/ou inexistência de políticas públicas eficientes e efetivas. Para além dos desafios que emergem na região, especialmente quando se considera o contexto mais atual do território, devem-se possibilitar meios para que a população local tenha acesso à convivência com as características inerentes às zonas semiáridas – em contrapartida à usual, deliberada e ineficaz luta contra a seca – despontando como a forma mais eficiente de proporcionar a melhoria da vida dos habitantes do Semiárido, de maneira a caracterizar o real desenvolvimento sustentável da região.